



MURILLO DE ARAGÃO

Por Murillo de Aragão

Política

## O fim da reeleição para cargos no Executivo

Senado Federal discute uma emenda constitucional para acabar com a possibilidade de reeleição para cargos no Poder Executivo

Por **Murillo Aragão**

26 dez 2023, 09h10



Urna Eletrônica em Brasília-DF - (Roberto Jayme/TSE)

A reeleição de presidentes e de governadores tem sido um tema de debate intenso em várias democracias ao redor do mundo. Embora inicialmente concebida para promover a continuidade e a estabilidade políticas, essa prática tem mostrado falhas e consequências indesejáveis.

Em bom tempo, o Senado Federal discute uma emenda constitucional para acabar com a possibilidade de reeleição para cargos no Poder Executivo. A proposta já conta com o apoio de Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, mas, obviamente, gera resistência entre os que têm a prerrogativa da reeleição e desejam prosseguir mandando. Porém, o dano ao sistema político e à construção da democracia impõe uma profunda reflexão sobre a questão.

Um dos principais argumentos contra a reeleição é o desvio de foco das responsabilidades governamentais durante as campanhas eleitorais. Líderes em busca de reeleição frequentemente priorizam decisões e políticas que servem mais a seus interesses eleitorais do que ao bem-estar público. Em especial, no primeiro mandato, o que pode levar à implementação de políticas populistas de curto prazo, em detrimento de planos de longo prazo mais sustentáveis e benéficos.

Eleitos já começam a agir visando à reeleição. No Brasil, a norma é pensar na fórmula 4 + 4 visando 8 anos de no poder. Nos primeiros quatro anos, governa-se para se reeleger e nos últimos quatro a máquina trabalha para eleger os aliados. O processo estimula o culto à personalidade, a imagem do pai dos pobres e do político viril e corajoso, que irá proteger seu povo das injustiças do mundo.

O paternalismo, frequentemente percebido como justificativa para a perpetuação no poder, mascara uma realidade mais complexa e problemática. Na verdade, é o povo que necessita de proteção contra aqueles que se autoproclamam “pais da pátria”. Esses líderes, frequentemente se vestem com a roupagem de protetores e salvadores. No entanto, suas ações muitas vezes contradizem o interesse público, ressaltando a importância de um olhar crítico e vigilante sobre tais figuras e suas promessas de paternalismo benevolente.

Não raro na campanha, candidatos dizem que não disputarão a reeleição. Mas toda a pompa e o poder, bem como o cerco da mordomia e do puxa-saquismo abalam as convicções não muito sólidas. Bem como os esquemas de poder, influência e verbas que se organizam junto aos polos de poder. Em certas circunstâncias, a ‘entourage’ deseja mais a reeleição do que o próprio já cansados dos desafios de governar.

Na prática, a reeleição pode levar à consolidação do poder nas mãos de um indivíduo ou de um partido. Vide o exemplo de Vladimir Putin, o mais longo autocrata, reeleito sucessivamente. No seu caso, certa altura, ele fez um “roque” – uma conhecida manobra do jogo de xadrez – com seu primeiro-ministro por um mandato para, depois, voltar como presidente. Evidentemente, a promessa de uma democracia russa terminou nunca se consolidando.

A alternância de poder é essencial para uma democracia saudável, já que permite a renovação de lideranças e a introdução de novas perspectivas e estratégias. Com a reeleição, aumenta o risco de práticas corruptas e de nepotismo. Os sucessivos escândalos ocorridos na política nacional mostram as vulnerabilidades do sistema, o que inclui favorecimento de aliados e, sobretudo, aparelhamento da máquina pública com aliados. O presidente brasileiro pode nomear mais de 25 mil cargos de confiança: um exército para lutar pela sua reeleição.

No panorama político brasileiro, a prática de perpetuação no poder tem sido uma constante preocupante. Líderes políticos que almejam a reeleição frequentemente se encontram sob suspeita de utilizar indevidamente recursos públicos em suas campanhas. Além disso, há alegações recorrentes de que estes mesmos líderes favorecem aliados e doadores com decisões governamentais, o que levanta questões sobre a integridade e a equidade no processo democrático do país. Isso não apenas prejudica a integridade do governo, como também mina a confiança pública nas instituições democráticas.

A desconfiança do eleitor em relação às instituições é crescente e a reeleição é um dos fatores que as desmoralizam.

A prática da reeleição deixa novos candidatos em desvantagem, pois o titular no cargo geralmente tem mais acesso a recursos governamentais, maior visibilidade e mais chance de reconhecimento. Isso pode limitar a competição política saudável, essencial para a evolução e o progresso da governança. Por exemplo, um presidente e um governador em campanha de reeleição deveriam, pelo menos, se afastar do cargo para disputar em condições quase iguais às dos demais concorrentes. Pois o controle da máquina pública dá uma vantagem enorme a quem concorre à reeleição de cargos executivos. Não

é preciso ser um gênio para constatar a desvantagem para os que concorrem com esses detentores de cargos.

Vale destacar que a corrupção e o aparelhamento da máquina pública não são causados apenas pela reeleição. No México, país gravemente afetado pela corrupção, não se permite a reeleição do presidente. Mas o sistema e suas falhas facilitaram o controle da vida política do país pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) durante décadas. Assim, o fortalecimento da democracia não exige apenas o fim da reeleição. Mas instituições fortes e autônomas e que exerçam auto contenção e controle sobre os demais.

Quando do debate da relação presidencial em 1997, cheio de denúncias de compra de votos, me posicionei a favor acreditando que a continuidade por dois mandatos seria benéfica para o país. Estava errado. De maneira clara, a reeleição não trouxe nenhum benefício. A prova é que o governo mais reformista foi a gestão Michel Temer que durou pouco mais de dois anos. Não precisou de muito tempo para construir o apoio necessário e propor agendas.

Enfim, a reeleição de presidentes e de governadores apresenta várias falhas que podem prejudicar a eficácia, a integridade e a democracia em um governo. É vital repensar essa prática, considerando alternativas que possam promover a renovação política, a responsabilidade governamental e a transparência. A introdução de limites estritos de mandato ou a proibição total da reeleição pode representar um passo importante para fortalecer as democracias e garantir que os interesses públicos sejam sempre a prioridade máxima.

---

## **VEJA Mercado - quarta, 31 de janeiro**

Corte da Selic impulsionará consumo em supermercados, diz Felipe Queiroz



VEJA Mercado desta quarta-feira recebe o economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados. Entre outros assuntos, ele afirma que o cenário econômico do país será melhor a partir do segundo trimestre.

#### MAIS LIDAS

---

- Cultura


**1** | **O detalhe que chamou a atenção em 'Nosso Lar 2'**
- Cultura

**2** | **Nosso Lar 2: sequência de hit espírita conquista bilheteria de outro mundo**
- Brasil

**3** | **A cantada dita a Humberto Carrão em Festival de Salvador**
- Brasil

**4** | **Quem é a primeira-dama do axé: tudo filmado e cinco seguranças a tiracolo**
- Brasil

**5** | **O 'astro' de Hollywood que Tatá Werneck tietou em Orlando**

 Assine Abril

Veja

Superinteressante

**ASSINE**

A PARTIR DE R\$ 2/SEMANA

**ASSINE**

A PARTIR DE R\$ 2/SEMANA

---

Você S/A

Veja Saúde

**ASSINE**

A PARTIR DE R\$ 2/SEMANA

**ASSINE**

A PARTIR DE R\$ 2/SEMANA

---

QUATRO RODAS

VOCÊ RH

**ASSINE**

A PARTIR DE R\$ 2/SEMANA

**ASSINE**

A PARTIR DE R\$ 2/SEMANA

---

Leia também no  GoRead

SIGA    



BOA FORMA

BRAVO!

CAPRICHOS

CASA

CASACOR

CLAUDIA

ELÁSTICA

ESPECIALISTAS

GUIA DO ESTUDANTE

INSTITUTO VEJA

QUATRO RODAS

SUPERINTERESSANTE

VEJA RIO

VEJA SÃO PAULO

VEJA SAÚDE

VIAGEM E TURISMO

VOCÊ RH

VOCÊ S/A

---

[Grupo Abril](#)

[Atendimento ao assinante – Minha Abril](#)

[Política de privacidade](#)

[Anuncie](#)

[Como desativar o AdBlock](#)

---

[QUEM SOMOS](#)

[FALE CONOSCO](#)

[TERMOS E CONDIÇÕES](#)

[TRABALHE CONOSCO](#)

**Abril Comunicações S.A., CNPJ 44.597.052/0001-62 - Todos os direitos reservados.**